

À Maranhão Parcerias SA

Att: Comissão Permanente de Licitação – CPL/MAPA

Ref.: Licitação Eletrônica n.º 01/2026 – ID n.º 1086947

Objeto: Contratação/locação de licença de uso de ERP.

**CSA Consultoria e Sistemas Abertos**, inscrita no CNPJ sob o n.º **41.490.848/0001-23**, vem, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, solicita ESCLARECIMENTOS acerca dos termos do Edital em epígrafe, conforme os fatos e fundamentos a seguir expostos:

### **1. DA DIVERGÊNCIA NO OBJETO (CONTROLE DE FREQUÊNCIA X RECURSOS HUMANOS)**

Observa-se que no preâmbulo do Edital (Pág. 01) e na Cláusula Primeira da Minuta do Contrato (Pág. 50), o objeto contempla o módulo de "Controle eletrônico de frequência". Todavia, o Termo de Referência (Anexo I), em seus itens 1.1, 2.1 e 5.1, descreve o módulo como "recursos humanos".

Sabe-se que "Recursos Humanos" é um gênero que pode abranger diversos submódulos complexos (Folha de Pagamento, eSocial, Gestão de Benefícios, Cargos e Salários, Gestão de Desempenho e carreira, Gestão de LMS, Recrutamento e Seleção etc.), enquanto o "Controle de Frequência" é uma funcionalidade específica de registro de ponto.

Diante da imprecisão e da contradição entre as partes do edital, questiona-se:

1.1. Qual a abrangência exata do módulo solicitado? O órgão requer apenas o controle de ponto (frequência) ou a solução completa de Gestão de Pessoas (incluindo Folha de Pagamento e eventos de eSocial)?

1.2. Quais os requisitos funcionais do módulo de RH? Caso a intenção seja a contratação de um módulo completo de RH, solicita-se o detalhamento das funcionalidades mínimas exigidas, uma vez que o item 5.1.1 e seguintes detalham apenas a área Contábil/Financeira, silenciando sobre a área de pessoal.

1.3. Haverá integração com sistemas externos? Se o módulo de RH incluir folha de pagamento, há necessidade de integração nativa com sistemas bancários para pagamento ou com o portal do Governo Federal (eSocial)?

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO


A falta de clareza na definição do objeto fere o Princípio da Especificação (Art. 31 da Lei 13.303/2016), impedindo que as licitantes dimensionem corretamente seus custos de implementação, conversão de dados e manutenção mensal. Uma interpretação extensiva do termo "Recursos Humanos" após a contratação poderá gerar desequilíbrio econômico-financeiro para a futura contratada.

## 3. DO PEDIDO

Ante o exposto, solicita-se que esta respeitável Comissão esclareça qual descrição do objeto deverá prevalecer e, em caso de manutenção do termo "Recursos Humanos", que apresente o detalhamento das funcionalidades obrigatórias para fins de justa precificação.

Atenciosamente,

São Luís (MA), 12 de fevereiro de 2026



**Gecilene Serejo Mesquita**  
Representante Legal  
CSA Consultoria